



ANA MARIA CAMPOS
anacampos.df@dabr.com.br

Cardápio impresso e não apenas em QR Code

Quem chega num restaurante ou bar quer ser bem atendido. A começar pela forma de escolher os comes e bebes. Por isso, o cardápio em QR Code virou tema de debate entre os consumidores. Muita gente não gosta de ter de avaliar as opções pelo menu on-line que virou moda nos tempos da pandemia e nunca mais foi abolido pelos comerciantes por ser uma forma muito mais fácil e barata de exibir suas opções. No Distrito Federal, tramita projeto de lei, de autoria do deputado distrital Robério Negreiros (PSD), que obriga restaurantes, bares e similares a disponibilizar cardápios impressos especialmente para idosos, que

muitas vezes têm menos familiares com o mundo digital. "Idosos têm grande dificuldade de lidar com a tecnologia, pois não viveram uma parte da curva da tecnologia. O processo de aprendizagem para eles tem que ser adaptativo, não é possível ensiná-los da mesma forma que seria ensinado a um jovem", afirma. Robério, que acrescenta: "Além da dificuldade em relação ao uso da tecnologia, as condições de saúde como baixa visão, perda de visão, catarata, afetam a utilização e o acesso pelos idosos aos cardápios digitais, que se sentem extremamente excluídos de algo que seria simples, escolher o que comer".



Avanço no Rio

No Rio, projeto de autoria com esse teor, do deputado estadual Rodrigo Amorim (PTB), foi aprovado na semana passada e aguarda a sanção do governador Cláudio Castro (PL) para virar lei no estado. A proposta atinge bares, restaurantes, hotéis, motéis e estabelecimentos similares que comercializam bebidas, refeições ou lanches. Na Assembleia Legislativa de Minas Gerais também tramita um projeto, de autoria do deputado Delegado Christiano Xavier (PSD).

Despedida

Os deputados distritais Chico Vigilante e Gabriel Magno, do PT, estiveram com o frei João Benedito horas antes de o religioso passar mal, após a celebração da elevação da Paróquia São Francisco de Assis em Basílica. A professora Rosilene Corrêa (PT) também estava na comemoração. "Éramos amigos havia muitos anos. Na noite da celebração da transformação da igreja em basílica, o Frei João estava muito feliz, sorrindo e realizado", conta Chico Vigilante.

Instagram/Divulgação



Foto:



Projeto que prevê punição para discriminação a garis está pronto para ser votado na Câmara

De autoria da deputada Erika Kokay (PT-DF), projeto que prevê sanções a pessoas físicas e jurídicas que promovam, permitam ou pratiquem discriminações contra profissionais de limpeza urbana está pronto para ser votado no plenário da Câmara. A petista defende que seja apreciado, hoje, quando se comemora o Dia do Gari. O projeto aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC), em 12 de abril, prevê que a entidade privada que, por meio de seus agentes, empregados, dirigentes, propaganda ou qualquer outro meio, promova ou permita a violência contra profissionais de limpeza, deverá pagar multa no valor de 20 salários mínimos. Já a pessoa física que agir de forma preconceituosa será punida com advertência ou com multa de até 10 salários mínimos. Em caso de reincidência, o valor da multa será dobrado.

ITBI deve ser cobrado com base no valor da transação do imóvel, decide Justiça

Os municípios e o DF cobram o valor do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) na transferência de imóveis com base em tabela do governo, sem considerar o valor da transação. Mas decisões judiciais têm derrubado essa posição. Em caso recente, o DF foi condenado a restituir a diferença do valor pago do ITBI. O valor cobrado de imposto foi R\$ 63,9 mil, mas o valor a ser pago com base no negócio era de R\$ 43,6 mil. O 2º Juizado Especial da Fazenda Pública do DF determinou restituição de R\$ 20,3 mil, valor pago a mais pela autora do processo. Em outro processo recente, um imóvel no Park Way foi arrematado pelo valor de R\$ 4,397 milhões. No momento da cobrança do ITBI, a Secretaria de Fazenda exigiu o pagamento do imposto sobre R\$ 7,2 milhões. Com isso, o valor do ITBI passou de R\$ 131,9 mil para R\$ 217,8 mil. A 7ª Vara da Fazenda Pública do DF condenou o DF a restituir essa diferença. O advogado Alexandre Matias, especialista em direito civil e sócio da Advocacia Maciel, que representou os autores das ações, afirma que esse entendimento tem prevalecido em vários processos.

Erro político

Apesar de defender com afinco a revogação da prisão do ex-ministro da Justiça e Segurança Pública Anderson Torres, o que ocorreu na semana passada, o senador Izalci Lucas (PSDB-DF), compartilha da opinião de que o governador Ibaneis Rocha (MDB) cometeu um erro político ao reconduzi-lo para a Secretaria de Segurança Pública, depois de passar pela gestão como grande aliado do então presidente Jair Bolsonaro. Foi o que ele afirmou ontem em entrevista ao programa *CB.Poder* (leia abaixo).

Instagram/Reprodução



Mãezona

A deputa distrital Paula Belmonte (Cidadania) passou o domingo cercada por sua prole. Ela é uma mãe e tanto: tem cinco filhos e ainda perdeu um, em acidente quando a criança tinha 2 anos. Paula sempre se emociona quando fala no assunto. Não é para menos. E ela costuma dizer que é mãe de seis.

Homenagens de Ibaneis

No domingo, o governador Ibaneis Rocha (MDB) fez uma homenagem à mãe, Maria Mercedes, nas redes sociais. "No Dia das Mães, quero expressar minha gratidão e parabenizar todas as mulheres, em especial a minha mãe, Maria Mercedes. Ela foi quem me ensinou a ser o homem batalhador que sou hoje e devo muito a ela por isso", afirmou. Ibaneis reverenciou também a mulher, Mayara Noronha, a quem se referiu como uma "mãe incrível e uma mulher forte e determinada".

Instagram/Divulgação



Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

» ENTREVISTA / IZALCI LUCAS (PSDB-DF)

Em entrevista ao *CB.Poder*, o parlamentar falou sobre as expectativas em torno da comissão mista de inquérito que vai apurar os atos antidemocráticos. Também comentou uma possível candidatura ao governo do DF na próxima eleição

"Houve infiltração, houve omissão"

» JOSÉ AUGUSTO LIMÃO*

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) que vai apurar, no Congresso, responsabilidades dos atos antidemocrático de 8 de janeiro, foi tema do *CB.Poder* — parceria entre

TV Brasília e Correio —, que recebeu o senador Izalci Lucas (PSDB). A jornalista Ana Maria Campos, o parlamentar falou, ontem, sobre o afastamento do governador Ibaneis Rocha (MDB) e uma possível aliança com o emedebista para a próxima eleição.

O senhor tem trabalhado muito em várias frentes, uma delas é a criação e a composição da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), que vai apurar o que aconteceu em 8 de janeiro. Como é que está essa formação dessa comissão?

A gente sempre participou de todas as CPIs aqui, do DF eu me pronunciei até para não deixar a população da capital pagar essa conta sozinha. Houve problema aqui no DF? Teve, mas outras instituições poderiam ter evitado isso. A gente quer demonstrar claramente o que ocorreu, quem foi beneficiado com isso, a gente está bem preparado. Eu venho trabalhando desde o dia 8, quando aconteceu o fato e nós vamos demonstrar realmente que houve muita omissão também.

Houve infiltração, houve omissão. O governo federal poderia ter evitado tudo isso. Ninguém vai passar a mão na cabeça de ninguém, agora não pode ter uma condenação coletiva. É preciso ter uma condenação individual, cada um responde pelo que fez e isso que vamos defender.

Mas esse requerimento está há algum tempo tramitando, já foi apresentado, tem assinaturas suficientes. Está para ser instalada a CPMI, mas a gente não vê a comissão iniciar os trabalhos, o que falta?

Porque, na prática, é assim, nenhum governo gosta de CPI. Eles (o governo) tentaram, durante muito tempo, impedi-la e conseguiram retirar assinaturas, oferecendo emendas. Mas houve uma adesão

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



muito pequena a esse projeto de retirar assinaturas. Então (a CPMI) está consolidada, o governo achava que não ia colocar quórum na sessão. Colocamos quórum tanto no Senado quanto na Câmara. Temos assinatura mais do que suficiente. Após a leitura, você tem que fazer então o quê? As indicações.

Você tem que comunicar os partidos, os blocos, para eles indicarem os membros, depois disso você faz a reunião e instala (a comissão) e faz a eleição (dos cargos). Agora o governo quer participar de qualquer jeito, já que ele não conseguiu esvaziar a CPI, ele está impondo colocar a maioria. Apesar de a CPMI

ser um instrumento da minoria. Tudo indica que o presidente deverá ser o Arthur Maia (União-BR), e que é uma pessoa muito boa, ele é bastante independente, tem uma formação muito boa, uma capacidade grande de articulação. A gente acredita que ele, confirmada a indicação, será um bom presidente.

E a participação do governo do Distrito Federal, acha que o governador Ibaneis errou de alguma forma?

Na prática, ele errou no seguinte sentido, primeiro não deveria ter nomeado Anderson (Torres) naquele momento, por quê? Bem, eu sei que ele é governador, ele que manda, mas em função de que o Anderson foi (ex-ministro do governo Bolsonaro), era delicado. Naquele momento, várias pessoas, amigos e autoridades aconselharam não nomear Torres. Ou, se fizesse, que colocasse em outra pasta. Agora ele (Ibaneis), de certa forma, recebeu informações equivocadas. Então, por exemplo, o comando da Polícia Militar, Polícia Civil, a inteligência deveriam ter comunicado a ele. Houve um grande

erro, inclusive no caso do comando que colocou a tropa no dia em alerta e não de prontidão. Teve esse equívoco. Tem uma série de coisas que precisam ser apuradas. As mensagens que o governador recebeu eram no sentido de que, "fique tranquilo, está sob controle", então não é o governador que tem que cuidar disso ele, passa exatamente para a Segurança Pública, alguém da confiança dele.

O senhor espera que na sua próxima eleição possa contar com o apoio dele (Ibaneis), já que ele não vai ser candidato ao GDF?

Vai depender muito das circunstâncias, vou me candidatar a um cargo majoritário: ou sou candidato ao Senado ou ao governo. Governo, eu entendi nessa última eleição que é preciso um grupo, não adianta você sair sozinho para (concorrer). Então tem que ter alianças, nós temos que construir isso. Como ele é candidato ao Senado, pode ser, mas tudo é possível. Depende das composições.

*Estagiário sob a supervisão de José Carlos Vieira